

1. RELATÓRIO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2018 – MUNICÍPIO DE BRAGA:

Junto se remete para aprovação do Executivo Municipal e posterior apreciação da Assembleia Municipal, o Relatório de Contas Consolidadas de 2018, documento que aqui se dá como reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao Livro de Atas depois de rubricado por todos os membros presentes na reunião.

Relatório de Contas Consolidadas 2018

Esta página ficou propositadamente em branco



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS 2018

Praça do Município
4700-435 Braga
www.cm-braga.pt
municipe@cm-braga.pt

Índice Geral

1.	NOTA PRÉVIA.....	4
2.	ENQUADRAMENTO LEGAL.....	6
3.	GRUPO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE BRAGA.....	7
3.1.	TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM.....	7
3.2.	AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM.....	7
3.3.	BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.	8
3.4.	Teatro Circo de Braga E.M., S.A.....	8
3.5.	IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.	9
4.	ATIVIDADE DESENVOLVIDA – SÍNTESE GLOBAL.....	10
5.	ANÁLISE ECONÓMICA FINANCEIRA CONSOLIDADA.....	15
5.1.	Demonstração de Resultados Consolidados.....	15
5.1.1.	Análise da Estrutura dos Custos.....	16
5.1.2.	Análise da Estrutura dos Proveitos	18
5.2.	Análise da Estrutura do Balanço Consolidado.....	20
5.2.1.	Análise da Estrutura do Ativo Consolidado.....	20
5.2.2.	Análise da Estrutura do Passivo e Fundos Próprios Consolidado	22
5.3.	Indicadores de Análise	24
5.4.	Apuramento do Nível de Endividamento do Grupo Municipal.....	26
6.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	28
7.	ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	32
	I - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas	32
	II - Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	35
	III - Informações relativas aos procedimentos de consolidação	35
	IV - Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo	38
	V- Informações sobre saldos e fluxos financeiros.....	40
	VI- Informações relativas a compromissos	40
	VII- Informações relativas a políticas contabilísticas	41
	VIII – Informações relativas a determinadas rubricas.....	42

Índice de Ilustrações

Quadro 1 - Demonstração de Resultados Consolidados.....	15
Quadro 2 - Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Custos Consolidados.....	16
Quadro 3 - Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos dos Proveitos Consolidados	18
Quadro 4 – Variação Absoluta e Variações Relativas do Ativo Consolidado	21
Quadro 5 – Variação Absoluta e Variação Relativa do Passivo e Fundos Próprios Consolidados ...	22
Quadro 6 – Rácios de Liquidez	24
Quadro 7 – Rácios de Solvabilidade	25
Quadro 8 – Rácios de Endividamento	25
Quadro 9 - Número Médio de Trabalhadores ao Serviço, Durante o Exercício.....	34
Figura 1- Comparativo da Estrutura de Custos Consolidados.....	17
Figura 2 - Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados	19
Figura 3 - Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado	21
Figura 4 - Comparativo da Evolução dos Fundos Próprios e Passivo Consolidado	23

1. NOTA PRÉVIA

A prestação de contas está intimamente ligada à transparência e não deve ter como único objetivo responder à pressão da lei mas, adicionalmente, refletir a obrigação de garantir a transparência no uso dos recursos públicos. A prestação de contas é um dos caminhos da ampliação da cidadania.

Desta feita, a informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, pelas entidades que integram o Grupo Municipal de Braga apesar de suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma entidade, não é, no entanto, suficiente para traduzir de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira do Grupo como se de uma única entidade se tratasse. Daí, a necessidade de se proceder à consolidação de contas, para que seja possível avaliar o desempenho económico e a situação financeira do Grupo Municipal.

Assim, com este documento pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- melhorar o processo de tomada de decisão;
- potenciar o controlo;
- melhorar a informação financeira do grupo;
- implementar políticas e culturas de gestão do grupo;
- facilitar a comparabilidade temporal e espacial da informação.

Na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, doravante designado por RFALEI) prevê-se, no artigo 75.º, a obrigatoriedade de os municípios elaborarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Deste modo, no sentido de avaliar de forma integrada o conjunto de atividades desenvolvidas, foram incluídas no perímetro de consolidação do município as seguintes empresas:

- TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.
- Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.
- BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.
- Teatro Circo de Braga E.M., S.A.
- IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.

Como nota referencial, sublinhamos o facto do Plano Oficial de Contas do Setor Público (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro, não estabelecer os princípios e normas orientadoras subjacentes à consolidação de contas no âmbito do Setor Público. Entretanto, foi publicada a Portaria nº 474/2010, de 1 de Julho, que aprova a orientação nº1/2010, “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, que estabelece um regime transitório em que “até à publicação de normas de consolidação de contas, previstas nos planos sectoriais ou de norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo, devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos” naquela portaria.

Pelo exposto, as contas consolidadas do grupo autárquico cumprem, para além as orientações estabelecidas no diploma identificado no parágrafo anterior, as instruções do SATAPOCAL, de 16 de maio de 2011.

Nos termos do disposto da mencionada portaria, e conforme estabelecido no ponto 5.2 da Orientação n.º 1/2010 (Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo), os documentos de prestação de contas consolidadas, incluem, para além das diversas demonstrações financeiras como balanço e a demonstração de resultados e o respetivo anexo, o relatório de gestão consolidado.

Assim, o relatório de gestão consolidado contém uma breve análise dos principais agregados, uma vez que a análise detalhada já consta das prestações de contas individuais.

Em relação à apresentação do Balanço e da Demonstração de Resultados consolidados, estes foram elaborados tendo por base o método de consolidação integral, para as entidades onde o município exerce controlo, e o Método de Equivalência Patrimonial para as entidades onde exerce influência significativa.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

O disposto presente no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (REFALEI), prevê a obrigatoriedade de elaboração de Consolidação de Contas dos Municípios, Entidades Intermunicipais e Entidades Associativas com as entidades detidas ou participadas.

Prevê ainda, o mesmo artigo, a definição de grupo autárquico, sendo este composto pelo município, pelas entidades intermunicipais ou entidades associativas e pelas entidades controladas de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade com a finalidade de beneficiar das suas atividades.

O nº 5 do art.º 75º do REFALEI estipula ainda a existência de controlo quando se verifica, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou resultado:

- a) a faculdade de vetar orçamentos;
- b) a possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- c) a detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- d) a capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- e) a assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade;

Ainda relacionado com a temática abordada, o disposto no n.º7 do art.º 75º do REFALEI, determina quais os documentos que devem fazer parte da prestação de contas consolidadas, compreendendo o relatório de gestão e as demonstrações financeiras abaixo indicadas:

- a) Balanço Consolidado;
- b) Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada;
- c) Mapa de Fluxo de Caixa Consolidados e Operações Orçamentais;
- d) Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, com principal foco na divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação, o mapa de endividamento médio-longo prazo consolidado e o mapa da dívida bruta consolidada, decomposto por maturidade e natureza.

Em suma, e em concordância com os normativos em vigor designadamente o art.º 75º n.º 4 al. b) e a Lei n.º 50/2015, de 31 de Agosto as entidades que constituem o perímetro de Consolidação do Município de Braga podem classificar-se como entidades de Natureza Empresarial.

3. GRUPO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE BRAGA

3.1. TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM

A empresa TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, E. M. (TUB/EM), capital social de 6.250.000,00 €, foi constituída como empresa pública municipal nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, em 10 de Dezembro de 1998, com capitais totalmente detidos pela Câmara Municipal de Braga, tendo sucedido aos Serviços Municipalizados de Transportes (TUB/SM), tendo por objeto principal a prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros na área do Município de Braga.

A sua missão é oferecer soluções de mobilidade e conforto na região, satisfazendo e surpreendendo expectativas dos parceiros envolvidos.

Tem como principais valores: Conforto e Acessibilidade; Informação e Partilha, Património e Tradição; Transparência e Pertença.

A sua Visão é ser reconhecida no domínio da mobilidade urbana integrada, como elemento distintivo na sociedade em termos de identidade coletiva.

A TUB conta atualmente com mais de 340 funcionários, com cerca de 147 viaturas, tendo, em 2018, transportado cerca de 11.936.889 passageiros, atingindo um volume de negócios (vendas e prestação de serviços) próximo dos 6,4 milhões de euros.

3.2. AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM

A Empresa Pública Municipal Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM surgiu da transformação dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, em Empresa Pública Municipal no dia 1 de Janeiro de 1999, com o objetivo de melhor servir todos os munícipes do concelho de Braga, quer estes sejam consumidores de água, utentes da rede pública de saneamento, ou utilizadores do serviço público de recolha do lixo.

O Município de Braga iniciou um processo de transformação da AGERE em empresa de capitais maioritariamente públicos, alienando 49% do seu capital. Para o efeito, lançou um concurso público

destinado a selecionar o parceiro privado que, em conjunto com a edilidade, explora a atividade de abastecimento público de água, saneamento e higiene e limpeza do município.

A AGERE-EM tem um capital social no valor de 39.000.000 € - C.R.C. Braga, detido a 100% pela Câmara Municipal de Braga até ao dia 22 de Abril de 2005. Neste dia foi efetuada a venda de 49% do capital social ao consórcio de empresas formado pela ABB, a DST e a BragaParques (GESWATER, SGPS).

A AGERE-EM conta atualmente com mais de 532 funcionários, com mais de 90.886 clientes e uma faturação anual superior a 30,7 milhões de euros.

3.3. BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.

A empresa BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., capital social de €12 500 000, foi constituída como empresa pública municipal nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, em 21 de Junho de 1999, com capitais totalmente detidos pelo Município de Braga.

A Bragahabit tem como objeto social a promoção e gestão de imóveis de habitação social bem como a gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, a prestação de serviços na área da educação e ação social.

A Bragahabit conta atualmente com mais de 32 funcionários, gerindo um parque habitacional constituído por 768 habitações e 18 lojas, tendo, em 2017 atingindo um volume de negócios (vendas e prestação de serviços) superior a 1,1 milhão de euros.

3.4. Teatro Circo de Braga E.M., S.A.

O Teatro Circo de Braga EM, SA, tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios e as orientações do Município de Braga, para a programação anual do Teatro. A empresa tem um capital social de € 500.000, totalmente detidos pelo Município de Braga.

A empresa conta atualmente com 34 colaboradores, tendo em 2018, realizado um conjunto de 381 atividades para um público total de 101.186 pessoas, tendo atingido um volume de negócios próximo do 1,2 milhão de euros.

3.5. IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.

A empresa IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M. (InvestBraga), com o capital social de 175 000,00 euros, foi constituída como empresa pública municipal, em resultado da transformação dos Serviços Municipalizados do Parque de Exposições de Braga, nos termos da Lei 58/98, de 18 de agosto, em 10 de dezembro de 1998, cujo capital social é detido a 100% pelo Município de Braga, assumindo, na altura a designação de PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E. M.

Em 28 de fevereiro de 2014, a Assembleia Municipal de Braga aprova a mudança da designação social da empresa municipal PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E. M. para IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., resultando, posteriormente a alteração dos estatutos da empresa.

A InvestBraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros.

Os objetivos estratégicos da InvestBraga são:

- a) atrair investimento para Braga, que mantenha e crie emprego;
- b) colocar Braga no radar nacional e internacional do investimento e do empreendedorismo, através do desenvolvimento e da promoção das vantagens competitivas e dos recursos do município;
- c) promover o desenvolvimento e a gestão de uma rede local que integre todos os agentes responsáveis pelo crescimento económico;
- d) atrair empresários e empreendedores nacionais e internacionais;
- e) tornar Braga um pólo atrativo e com um ambiente propício para o estabelecimento de investidores, empresários e Startups;
- f) fomentar a criação de Startups de base científica e tecnológica com elevado potencial de internacionalização

A InvestBraga conta com 28 colaboradores tendo, em 2018, atingindo um volume de negócios próximo dos 1,6 milhões de euros.

4. ATIVIDADE DESENVOLVIDA – SÍNTESE GLOBAL

O presente relatório expõe o exercício de consolidação de contas de todo o Grupo Autárquico do Município de Braga, no período económico de 2018, representando o esforço de todo o universo municipal de prestação de contas e transparência perante os munícipes.

Para conhecer melhor a atividade do município na sua globalidade, será importante a leitura dos relatórios de atividades e de contas do município, já aprovados em sede de Assembleia Municipal, que agora pode ser complementada com este documento.

Relativamente às restantes entidades que compõe o Grupo Autárquico, evidenciam-se os seguintes resultados:

TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M. (TUB)

Em 2018, os Transportes Urbanos de Braga assinalam um novo aumento do volume de vendas da empresa, acompanhado por um aumento do número de passageiros transportados. O aumento das vendas e serviços prestados fixou-se nos 4,04%, registando-se o aumento de vendas de serviços de aluguer nos 27% e a venda de títulos de transporte nos 2,32%. O número de validações aumentou igualmente, cifrando-se nos 11.936.889 passageiros transportados, o que significa um aumento de 2,38%.

Importa salientar que nos últimos 5 anos de atividade, sem aumento de tarifário, a TUB é a única empresa pública de transporte coletivo de passageiros que registou um aumento do número de passageiros transportados em 15% e uma melhoria dos seus resultados, com o aumento do volume de negócios de 14%.

Apesar da falta de apoios do governo central e do preço exorbitante do gasóleo, estes resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pelos TUB, sem qualquer aumento tarifário, apresentando nos últimos 5 anos resultados líquidos positivos, assegurando assim a sua sustentabilidade, quer em cumprimento dos imperativos legais quer em termos económicos-financeiros.

No ano 2018 foi ainda possível alargar aos estudantes do ensino privado os descontos aplicados aos estudantes dos estabelecimentos públicos.

Este percurso de crescimento foi em 2018 alavancado com a chegada de 6 novas viaturas elétricas que assinalam um passo importante na promoção da mobilidade urbana sustentável no nosso

concelho e marcam o início de um objetivo mais ambicioso de renovação de uma frota com idade média de 18 anos.

Em termos de desempenho económico-financeiro, verificamos que o resultado líquido do exercício é positivo em cerca de 37 mil euros.

Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. (AGERE)

O ano 2018 ficou decisivamente marcado com os avanços na implementação do projeto de alteração do sistema de recolha de resíduos sólidos no Concelho. O projeto visa a contentorização dos resíduos sólidos, com a instalação de contentores subterrâneos e de superfície na via pública sem descurar a respetiva lavagem.

2018 fica de igual modo assinalado pela conclusão da empreitada de Remodelação do Pavilhão da Entrada na ETAR de Frossos, que permitirá a redução do impacto estético, de volumetria e de propagação de cheiros, permitindo um melhor enquadramento da instalação no meio urbano em que se localiza.

No decorrer do ano 2018 foi possível concluir 7 de 14 candidaturas aprovadas pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, que globalmente resultará em 37,8 km de rede de coleta de águas residuais e de 7,5 km de rede de distribuição de água para consumo humano.

A AGERE registou no ano 2018 um rácio de água não faturada de apenas 13,8%, o que coloca a empresa num patamar de excelência ao nível da redução das perdas de água.

Durante o ano 2018, destaca-se ainda, a continuidade no investimento efetuado ao nível da telemetria e telegestão, é objetivo tornar a AGERE numa referência em termos nacionais. Neste sentido, foram instalados cerca de 2,4 mil contadores com telemetria, o que significa que uma taxa de cobertura de 62% da rede (56,2 mil clientes). O objetivo é alcançar a cobertura total da rede de distribuição.

Em 2018 verificou-se uma melhoria da atividade económica da empresa, registou-se um ligeiro aumento do consumo unitário de água por parte das famílias e das empresas.

A situação económica e financeira da empresa no final do 2018 reflete, globalmente, uma boa performance da empresa, tendo alcançado um RLE de 6,2 milhões de euros e um EBITDA de 14,5 milhões de euros, o qual foi conseguido, essencialmente, graças ao efeito do aumento da atividade

da empresa, com reflexo no aumento do volume de negócios. Assim, apesar dos novos e ambiciosos projetos realizados, a AGERE tem conseguido manter os seus rácios financeiros acima da média, com a estabilização do rácio de autonomia financeira em 53%.

Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. (Bragahabit)

O ano 2018 ficou ainda marcado pela concretização do projeto de informatização geral da Bragahabit com a implementação do Sistema de Gestão de Informação Integrada, que irá modernizar os serviços desta empresa municipal, visando a diminuição de erros, a maximização da eficácia dos serviços e garantia de uma maior eficiência na diminuição das necessidades dos mais desfavorecidos.

No segundo semestre de 2018, foram aprovadas as candidaturas efetuadas em 2017 ao apoio financeiro comunitário Norte2020, tendentes à reabilitação e regeneração dos bairros sociais de habitação da St. Tecla e alguns edifícios das Enguardas, projetos que deram origem à apresentação de candidatura ao apoio financeiro comunitário Norte2020. Após cumpridos todos os formalismos legais associados à realização da despesa, foi possível no final do exercício proceder à respetiva consignação das empreitadas.

O ano 2018 fica ainda marcado pelo processo de realojamento das famílias do bairro da Ponte dos Falcões, cujas negociações fizeram adiar a demolição daquele bairro para o início de 2019.

A Bragahabit, no decorrer do ano 2018, continuou a responder positivamente à prestação de serviços de apoio socioeducativos, designadamente no apoio efetuado aos pais na receção dos seus filhos, na ocupação dos seus tempos livres e no serviço de refeições e qualidade.

Ao nível do desempenho económico e financeiro, a Bragahabit apresenta em 2018 um resultado líquido positivo de cerca de 154 mil euros, como resultado, quando comparado como exercício anterior, do aumento dos rendimentos (em cerca de 5%) e da estabilização dos gastos do exercício.

Recordamos que o resultado negativo de 2017 adveio de situações extraordinárias e não repetíveis, designadamente referente à venda do terreno à empresa municipal TUB, e a doação ao Município de Braga do bloco habitacional de Sta. Tecla, que teve que ser incorporado no património da autarquia para efeitos de concurso aos apoios do Norte 2020.

Teatro Circo de Braga, E.M., S.A. (Teatro Circo)

2018 foi definitivamente um ano de crescimento para a empresa Teatro Circo, crescimento esse que se manifestou sob várias perspetivas: (i) na intensificação da programação própria; (ii) na multiplicidade e exigência dos vários projetos inscritos no plano de atividades; (iii) na dimensão das equipas e no desenho e execução do plano de investimentos a longo prazo.

Ao nível da programação cultural, o ano 2018 fica marcado pela aposta clara no reforço da programação própria, quer em número de atividades, mas também reforçando a qualidade das escolhas programáticas.

Em 2018 realizaram-se no Teatro Circo um conjunto de 381 atividades para um público total de 101.186 pessoas, conseguindo-se, assim, ultrapassar a barreira dos 100 mil espetadores pela terceira vez desde 2015, ano da comemoração do seu centenário.

Em 2018 foram também assumidos novos compromissos e objetivos no contexto da gestão interna, designadamente: foi traçado um novo plano de adoção de novas ferramentas de gestão e reestruturação de processos de trabalho, iniciado o trabalho de estruturação de um Manual de Funções, iniciada a construção de um modelo de gestão de carreiras, garantiu-se a transição para as 35 horas semanais de trabalho, concretizados os primeiros investimentos com vista à modernização dos equipamentos técnicos ao nível do som, iluminação e maquinaria.

Há ainda acrescentar, em 2018, o forte envolvimento do Teatro Circo na concretização de dois projetos estratégicos para a cidade: a integração de Braga na Rede de Cidades Criativas da Unesco e a candidatura da cidade a Capital Europeia da Cultura em 2027.

Em termos económico-financeiro, em 2018, o Teatro Circo apresentando resultado positivo de 21 mil euros.

InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica de Braga, E.M. (InvestBraga)

A InvestBraga, criada por este executivo como agência para a dinamização económica do concelho, consolidou-se em 2015 e é hoje considerada um sucesso na captação de investimento e atratividade para Braga, sendo a sua atividade reconhecida como uma mais-valia.

No decurso do ano de 2018, a área de dinamização económica e de atração de investimento da InvestBraga recebeu investidores promotores de mais de 115 projetos de investimento.

No âmbito da diplomacia económica entre Braga e outros países, em 2018, foram organizadas visitas a Braga de 10 Embaixadores estrangeiros em Portugal.

Com o objetivo de promover os casos de sucesso empresarial existentes na região, em 2018, a InvestBraga promoveu visitas mensais a empresas da região.

No âmbito da estratégia +Indústria, em 2018 foi elaborada candidatura “Reforço Qualificação do Parque Empresarial de Braga-Cávado (Adaúfe-Pintancinhos)”

Em 2018 ficou marcado por mais um conjunto de atividades que contribuíram para a notoriedade nacional e internacional da Startup Braga; captação de novas e melhores startups; duplicação da audiência nos novos eventos mais marcantes; recuperação de relações com parceiros estratégicos; captação de compromisso com 40 novos parceiros industriais; aumento das vendas de serviços; reforço da ligação ao tecido empresarial de Braga. Em suma, foi solidificada a promessa de desenvolver um verdadeiro ecossistema de parceiros, instituições, especialistas e empresas que partilhem uma visão comum em prol do apoio ao crescimento das startups da Startup Braga.

Ao nível das feiras, congressos e eventos, o ano 2018 foi significativamente marcado pela abertura do Altice Forum Braga. Em nove meses foi possível realizar mais de 100 eventos e atingir os 200.000 visitantes.

Em termos financeiros, o exercício 2018 encerra com um resultado positivo em cerca de 16 mil euros, como resultado da abertura em maio das novas instalações e com isso a retoma da atividade da Unidade de Feiras, Congressos e Eventos.

5. ANÁLISE ECONÓMICA FINANCEIRA CONSOLIDADA

A presente análise foi elaborada tendo em conta a situação patrimonial do Grupo Público do Município de Braga, reportada a 31 de dezembro de 2018.

5.1. Demonstração de Resultados Consolidados

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se que o Grupo Municipal gerou um total de Custos no montante de 126 milhões de euros e de Proveitos no valor de 133 milhões de euros, obtendo-se um Resultado Líquido do Exercício sem os interesses minoritários 3,93 milhões de euros.

Quadro 1 - Demonstração de Resultados Consolidados

	2017	2018
Custos e Perdas		
CMVMC	3 751 537	3 924 792
FSE	35 263 862	38 299 807
Pessoal	43 653 617	45 564 981
Transferências e subsídios	9 534 808	9 142 492
Amortizações do exercício	19 758 965	21 065 213
Provisões	1 452 398	2 191 028
Outros custos operacionais	2 858 057	3 014 478
Custos e perdas financeiros	796 402	617 384
Custos e perdas extraordinários	3 611 930	2 508 627
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	120 681 578	126 328 801
Proveitos e Ganhos		
Vendas e prestações de serviços	39 394 502	40 415 200
Impostos e taxas	48 536 792	51 663 754
Proveitos Suplementares	198 146	120 634
Transferências e subsídios correntes obtidos	30 191 474	31 347 070
Trabalhos para a própria entidade	709 388	1 069 548
Proveitos e ganhos financeiros	3 225 587	3 176 836
Outros proveitos operacionais	80 173	293 718
Proveitos extraordinários	4 285 577	5 229 180
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	126 621 638	133 315 940
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5 940 060	6 987 139
Interesses minoritários	-3 057 596	-3 056 687
RESULTADO LÍQUIDO APÓS INTERESSES MINORITÁRIOS	2 882 465	3 930 452

5.1.1. Análise da Estrutura dos Custos

O quadro infra reflete os custos incorridos pelo grupo nos anos de 2017 e 2018 e respetivas variações absolutas e relativas.

Quadro 2 - Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Custos Consolidados

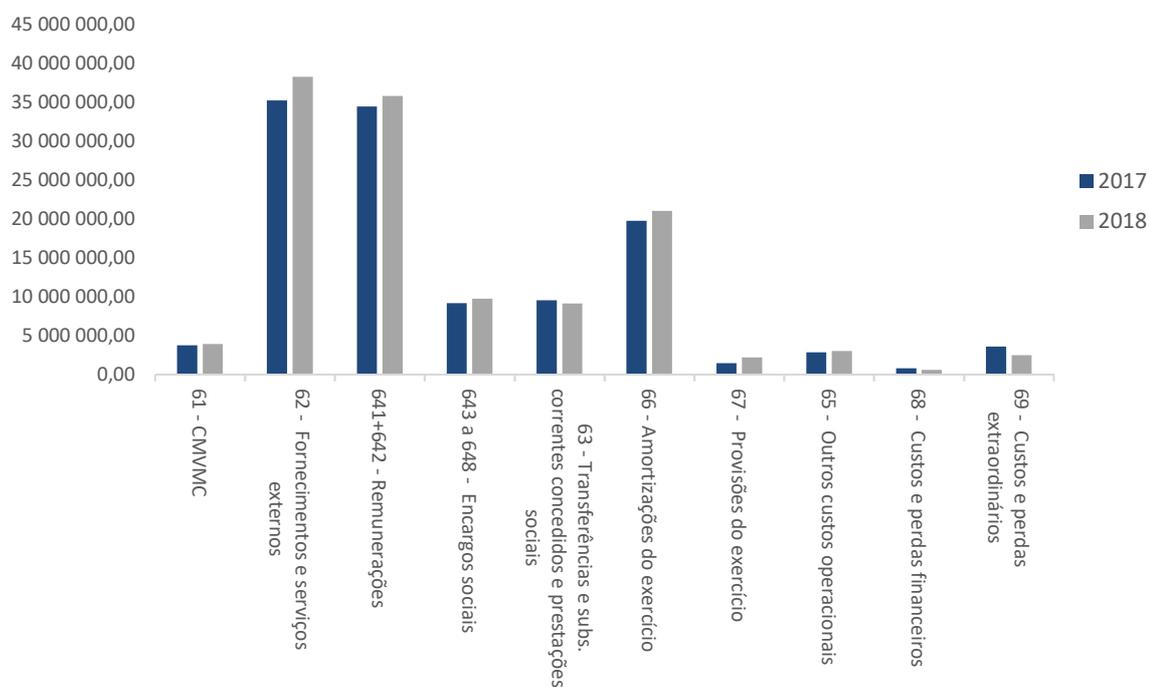
Descrição	2017	2018	Peso	Variação 2018/2017	Variação 2018/2017%
61 - CMVMC	3 751 537	3 924 792	3,11%	173 254	4,62%
62 - Fornecimentos e serviços externos	35 263 862	38 299 807	30,32%	3 035 945	8,61%
64 - Custo com o pessoal	43 653 617	45 564 981	36,07%	1 911 364	4,38%
63 - Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	9 534 808	9 142 492	7,24%	-392 317	-4,11%
66 - Amortizações do exercício	19 758 965	21 065 213	16,67%	1 306 248	6,61%
67 - Provisões do exercício	1 452 398	2 191 028	1,73%	738 630	50,86%
65 - Outros custos operacionais	2 858 057	3 014 478	2,39%	156 421	5,47%
68 - Custos e perdas financeiros	796 402	617 384	0,49%	-179 018	-22,48%
69 - Custos e perdas extraordinários	3 611 930	2 508 627	1,99%	-1 103 303	-30,55%
Total	120 681 578	126 328 801	100,00%	5 647 223	4,68%

Como verificamos da análise do quadro acima, das oscilações entre os períodos homólogos (2017-2018), realça-se os seguintes pontos:

- (i) **a diminuição dos custos extraordinários na ordem dos 1,1 milhões de euros** - que resulta dos efeitos contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do município;
- (ii) **o crescimento de 3 milhões de euros registado na rubrica de fornecimentos e serviços externos** – justificado pelos os aumentos registados nas demonstrações financeiras individuais do grupo público consolidado. (Município com 1,8 milhões de euros, AGERE com 687 mil euros, Investbraga com 445 mil euros, TUB com 117 mil euros e a Bragahabit com 45 mil euros).
- (iii) **o aumento dos custos com o pessoal em 1,9 milhões de euros** - este crescimento é justificado pela atualização do salário mínimo nacional e respetivos encargos sociais, pela reversão da sobretaxa e, no caso do município, pelo aumento do número de colaboradores.

De forma a permitir uma análise visualmente mais facilitadora é apresentado a figura seguinte que ilustra a evolução comparativa dos custos consolidados.

Figura 1- Comparativo da Estrutura de Custos Consolidados



5.1.2. Análise da Estrutura dos Proveitos

Por comparação com o período homólogo, o grupo municipal regista em 2018 um aumento global dos seus proveitos em 6,7 milhões de euros, o que significa, em termos percentuais, um aumento de 5,29%.

Quadro 3 - Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos dos Proveitos Consolidados

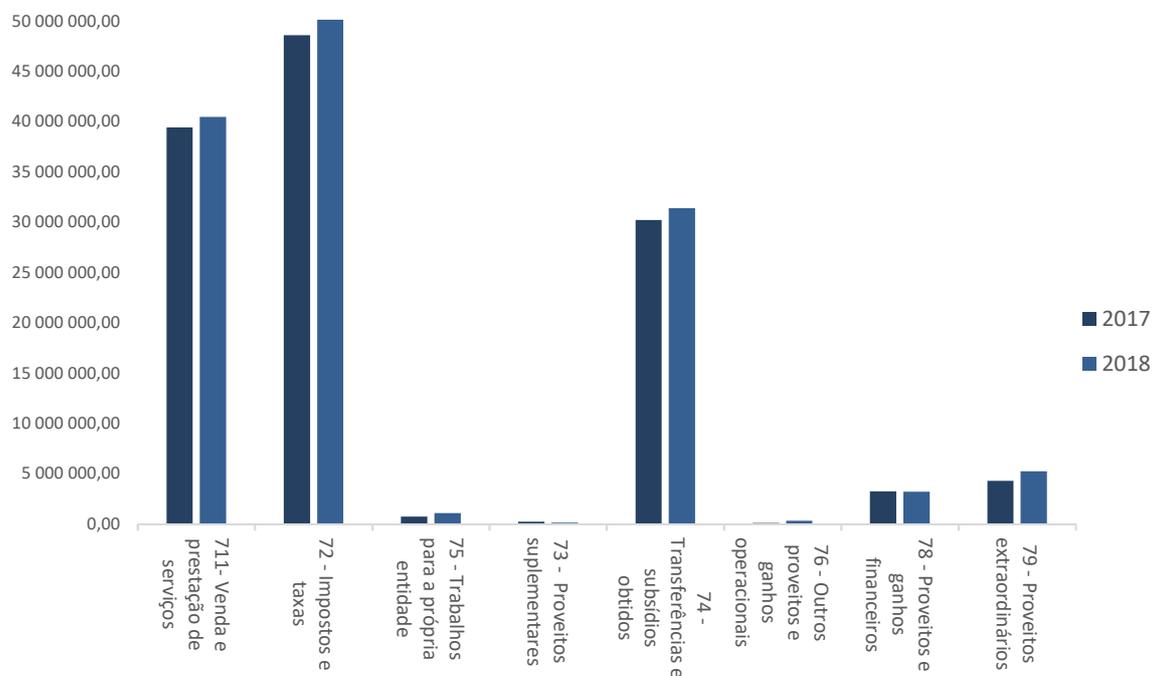
Descrição	2017	2018	Peso	Variação 2018/2017	Variação 2018/2017%
7111 - Venda de mercadorias	0	8 191	0,01%	8 191	#DIV/0!
7112+7113 - Venda de produtos	8 005 176	7 734 728	5,80%	-270 448	-3,38%
712 - Prestações de serviços	31 389 326	32 672 281	24,51%	1 282 955	4,09%
72 - Impostos e taxas	48 536 792	51 663 754	38,75%	3 126 962	6,44%
75 - Trabalhos para a própria entidade	709 388	1 069 548	0,80%	360 160	50,77%
73 - Proveitos suplementares	198 146	120 634	0,09%	-77 512	-39,12%
74 - Transferências e subsídios obtidos	30 191 474	31 347 070	23,51%	1 155 596	3,83%
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais	80 173	293 718	0,22%	213 545	0,00%
78 - Proveitos e ganhos financeiros	3 225 587	3 176 836	2,38%	-48 750	-1,51%
79 - Proveitos extraordinários	4 285 577	5 229 180	3,92%	943 603	22,02%
Total	126 621 638	133 315 940	100,00%	6 694 301	5,29%

A variação verificada resulta do comportamento das seguintes rubricas:

- (i) **o aumento na rubrica de impostos e taxas, na proporção de 3,1 milhões de euros** – é explicado pela variação ocorrida nas demonstrações financeira da entidade-mãe, designadamente por uma maior arrecadação de receita da derrama (+1,1 milhões de euros) e IMI (+1,2 milhões de euros), bem como dos impostos indiretos (+ 976 mil euros), designadamente nas rubricas de loteamentos e obras e ocupação da via pública, associadas às variações da atividade económica, tendo sido verificada em 2018 um melhoramento global.
- (ii) **a rubrica prestações de serviços com um aumento de 1,3 milhões de euros**– resulta da variação contabilizada nas demonstrações financeiras individuais do grupo consolidado.
- (iii) **o aumento na rubrica transferências e subsídios obtidos de 1,2 milhões de euros** - resulta dos efeitos contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do município.

A figura seguinte ilustra a evolução comparativa dos proveitos consolidados do grupo.

Figura 2 - Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados



Finalizada a análise à estrutura de custos e proveitos pode concluir-se que a evolução é bastante positiva, uma vez que os proveitos são bastante superiores aos custos originando um resultado líquido do exercício após interesses minoritários de 3.930.451,52€.

5.2. Análise da Estrutura do Balanço Consolidado

Através da análise do balanço é possível analisar a situação financeira do grupo municipal a 31 de dezembro de 2018, conforme determinam as normas de consolidação de contas autárquicas. Assim, os quadros abaixo refletem a estrutura e a evolução patrimonial deste Município nos exercícios de 2017 e 2018.

	2017	2018
Imobilizado	595 358 808	607 835 610
Existências	853 397	920 178
Dívidas de terceiros	9 753 627	13 112 110
Disponibilidades	5 559 840	4 807 778
Acréscimos e diferimentos	33 688 928	35 576 340
ACTIVO	645 214 600	662 252 016
Património	191 459 843	191 586 081
Ajustamentos em partes de capital	5 147 643	5 118 346
Reservas	37 837 310	40 418 047
Resultados transitados	182 918 783	177 914 566
Resultado líquido do exercício	2 882 465	3 930 452
Interesses minoritários	29 603 474	29 589 600
FUNDOS PRÓPRIOS	449 849 518	448 557 091
Provisões para riscos e encargos	12 180 845	7 542 132
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	70 515 100	59 662 069
Dívidas a terceiros - curto prazo	33 063 854	49 720 597
Acréscimos e diferimentos	79 605 283	96 770 126
PASSIVO	195 365 082	213 694 924
FUNDOS PRÓPRIOS + PASSIVO	645 214 600	662 252 016

5.2.1. Análise da Estrutura do Ativo Consolidado

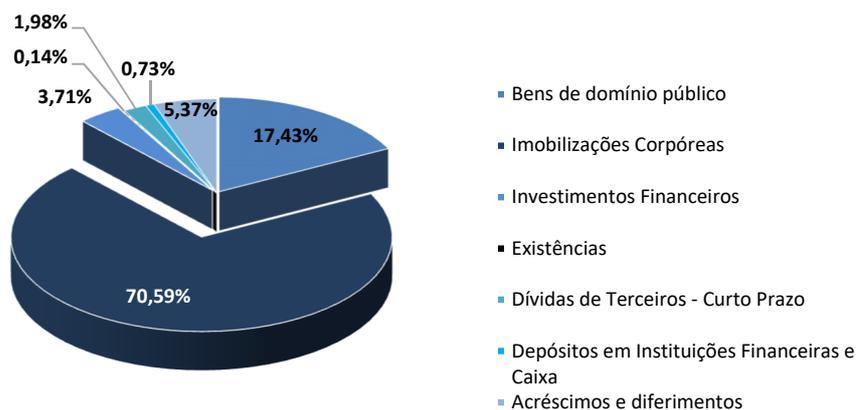
O presente quadro apresenta o desmembramento do Ativo nas subcontas que o compõem e respetivos valores nos anos de 2017 e 2018, permitindo elaborar uma análise à sua evolução.

Quadro 4 – Variação Absoluta e Variações Relativas do Ativo Consolidado

Descrição	2017	2018	Peso	Variação 2018/2017	Variação 2018/2017 %
Bens de domínio público	119 048 029	115 444 737	17,43%	-3 603 292	-3,03%
Imobilizações Incorpóreas	0	294 914	0,04%	294 914	#DIV/0!
Imobilizações Corpóreas	449 904 156	467 511 206	70,59%	17 607 050	3,91%
Investimentos Financeiros	26 406 622	24 584 753	3,71%	-1 821 869	-6,90%
Existências	853 397	920 178	0,14%	66 781	7,83%
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazos	0	0	0,00%	0	0,00%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	9 753 627	13 112 110	1,98%	3 358 482	34,43%
Títulos Negociáveis	0	0	0,00%	0	0,00%
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	5 559 840	4 807 778	0,73%	-752 062	-13,53%
Acréscimos e diferimentos	33 688 928	35 576 340	5,37%	1 887 412	5,60%
Total	645 214 600	662 252 016	100,00%	17 037 416	2,64%

Relativamente às rubricas que constituem o Ativo Consolidado do Grupo, verificamos em 2018 um aumento de 2,64%, face ao mesmo período do ano passado, manifestado por um acréscimo efetivo de 17,04 milhões de euros.

Numa análise mais detalhada, verificamos que a rubrica de imobilizações corpóreas foi a que mais influenciou a variação ocorrida, com um aumento de 17,6 milhões de euros, em resultado do forte investimento registado nas demonstrações financeiras individuais do município.

Figura 3 - Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado


5.2.2. Análise da Estrutura do Passivo e Fundos Próprios Consolidado

À semelhança das rubricas analisadas anteriormente, também a Estrutura de Fundos Próprios e Passivo registou um acréscimo no ano de 2018, ascendendo a um valor de cerca de 17,04 milhões de euros, evidenciado por uma variação relativa positiva de 2,64%.

Quadro 5 – Variação Absoluta e Variação Relativa do Passivo e Fundos Próprios Consolidados

Descrição	2017	2018	Peso	Variação 2018/2017	Variação 2018/2017 %
Fundos Próprios	449 849 518	448 557 091	67,73%	-1 292 427	-0,29%
Provisões para riscos e encargos	12 180 845	7 542 132	1,14%	-4 638 713	-38,08%
Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo	70 515 100	59 662 069	9,01%	-10 853 030	-15,39%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	33 063 854	49 720 597	7,51%	16 656 743	50,38%
Acréscimos e Diferimentos	79 605 283	96 770 126	14,61%	17 164 843	21,56%
Total	645 214 600	662 252 016	100,00%	17 037 416	2,64%

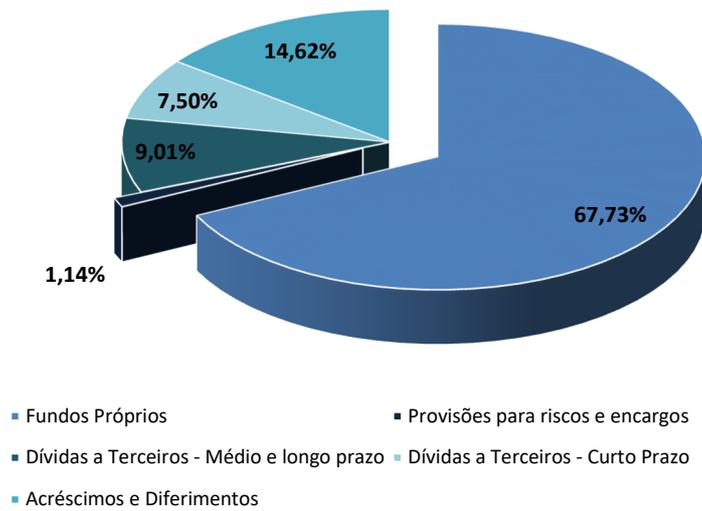
Relativamente aos Fundos Próprios registou em 2018 uma variação relativa de -0,29%, originando uma diminuição em termos absolutos de 1,3 milhões de euros. A explicação reside principalmente nas demonstrações financeiras individuais do município, resultado da variação positiva ao nível dos ajustamentos de partes de capital nas empresas, fruto do método da equivalência patrimonial e nas Reservas/Doações em 2,6 milhões de euros.

Relativamente às **dívidas de médio e longo prazo**, a variação verificada (-10,9 milhões de euros) reflete essencialmente, na ausência de contratação de novos financiamentos, o cumprimento do serviço da dívida.

A rubrica de **dívidas a terceiros de curto prazo** apresenta uma variação positiva de 16,7 milhões de euros, explicada essencialmente pelas contas do município, também em consequência do volume de investimento executado no exercício.

Em termos percentuais, verificamos que os Fundos Próprios representam 67,7%, sendo que os acréscimos e diferimentos representam 14,6% e as dívidas a terceiros de médio e longo prazo 9%.

Figura 4 - Comparativo da Evolução dos Fundos Próprios e Passivo Consolidado



5.3. Indicadores de Análise

Os indicadores de liquidez permitem analisar o equilíbrio entre as aplicações e obrigações, por outras palavras, avaliam a capacidade do grupo fazer face aos seus compromissos de capital próprio. No exercício económico de 2018, estes indicadores apresentam uma evolução menos favorável, com especial relevo para o rácio de liquidez imediata (restringe ainda mais o conceito de ativos líquidos, cingindo-se às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo do grupo) que apresenta uma variação negativa em 0,017 p.p. O grupo municipal ainda não possui em meios líquidos o montante necessário para fazer face as despesas imediatas.

Por outro lado, através do quadro seguinte é ainda possível verificar que o ativo circulante (54,4 milhões de euros) é inferior ao passivo circulante (146,5 milhões de euros), originando um rácio de Liquidez Geral de 0,371.

Quadro 6 – Rácios de Liquidez

Rácios e Indicadores de Liquidez	2017	2018
Ativo Circulante	49 855 792,35	54 416 405,75
Passivo Circulante	112 669 137,44	146 490 723,05
Liquidez Geral (LG)	0,442	0,371
Ativo Circulante-Existências	49 002 395,24	53 496 227,35
Passivo Circulante	112 669 137,44	146 490 723,05
Liquidez Reduzida (LR)	0,435	0,365
Meios Financeiros Líquidos	5 559 839,85	4 807 777,82
Passivo Circulante	112 669 137,44	146 490 723,05
Liquidez Imediata (LI)	0,049	0,033

Para o cálculo da Autonomia Financeira, utilizamos o quociente entre os Fundos Próprios e o valor total do Ativo. Mais se acrescenta que este rácio pode variar dependendo da política económica utilizada pelo grupo. O valor referente aos anos de 2017 e 2018 permite-nos concluir que o grupo financia maioritariamente o seu ativo recorrendo a fundos próprios.

Podemos destacar que o rácio de autonomia financeira de 2017 para 2018 teve um ligeiro decréscimo de 2%, no entanto deverá manter-se uma política económica mais conservadora com a vista à redução do seu endividamento.

Relativamente ao rácio de solvabilidade, o grupo apresenta um relativo equilíbrio visto que os fundos próprios são superiores aos capitais alheios.

Quadro 7 – Rácios de Solvabilidade

Rácios de Solvabilidade	2017	2018
Autonomia Financeira	69,74%	67,73%
Rácio de Solvabilidade	2,30	2,10
Rácio de Solvabilidade Reduzida	5,07	6,68
Rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios	43,39%	47,64%

No que respeita ao rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios é nos possível concluir que o grupo tem reduzido de forma gradual o seu nível de endividamento, podendo esta conclusão ser reforçada pelo rácio de autonomia financeira.

Quadro 8 – Rácios de Endividamento

Rácios de Endividamento	2017	2018
Rácio de Endividamento	30,28%	32,27%
Rácio de Endividamento Médio e longo Prazo	42,33%	31,45%
Rácio de Endividamento Curto Prazo	17,46%	22,12%

No que respeita aos indicadores de endividamento a evolução registada vai de encontro aos resultados comprovados anteriormente, verificando-se uma diminuição do rácio de endividamento de médio e longo prazo.

Em termos globais e mediante o conjunto de indicadores selecionados para esta análise financeira é possível concluir-se que a situação financeira do grupo é favorável e equilibrada, em resultado de uma conjuntura económica mais favorável e de políticas de contenção de custos e de melhoria de eficiência.

5.4. Apuramento do Nível de Endividamento do Grupo Municipal

O nível de endividamento do Grupo Municipal, apurado por recurso ao balanço consolidado, ascende a 213.694.924,48€, líquido de saldos credores decorrentes de operações recíprocas, assim apurado. Contudo, se ao valor total excluirmos o saldo relativo a acréscimos e diferimentos no valor de 96,8 milhões de euros, verificamos que o total do endividamento é na ordem dos 116,9 milhões de euros.

Código das contas POCAL	Mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza	Consolidado
	PASSIVO:	
292	Provisões para riscos e encargos	7 542 132,19
		7 542 132,19
	Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo	
221	Fornecedores c/c	0,00
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	52 624 587,89
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	1 375 680,58
264	Administração autárquica	0,00
268	Outros Credores	5 661 800,77
		59 662 069,24
	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:	
2311	Empréstimos de curto prazo	13 222 355,93
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00
221	Fornecedores c/c	6 334 437,88
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	2 737 305,73
252	Credores pela execução do orçamento	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 247,82
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	3 107 010,83
2618	Fornecedores de Imobilizado receção e conferência	6 388 414,69
24	Estado e Outros Entes Públicos	1 584 883,56
264	Administração autárquica	0,00
262+263+268+217	Outros Credores	16 344 940,60
		49 720 597,04
	Acréscimos e Diferimentos:	
273	Acréscimos de custos	8 921 618,45
274	Proveitos diferidos	87 848 507,56
		96 770 126,01
	Total do Passivo	213 694 924,48

Não obstante, a dívida total do Município de Braga, apurada nos termos do art.º 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ascende a 52.909.219€, conforme extrato da Ficha do Município (prestação de contas 2018) extraído do SIIAL:

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent.Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais, capital excecionado e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
115 850 830	01/01/2018						
	50 480 596	532 436	51 013 032	46 048 492		69 802 338	13 960 468
	31/12/2018						
	56 304 208	292 424	56 596 632	52 909 219		62 941 612	12 588 322
Variação da Dívida %							14,90%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							7 099 741

A discrepância evidenciada nos quadros anteriores resulta dos diferentes perímetros relevantes para o respetivo apuramento.

Desta forma, o Município de Braga apresenta uma situação financeira equilibrada uma vez que a dívida total não ultrapassa o limite legalmente estabelecido, 1,5 vezes a receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

6.1. Balanço Consolidado

Código das Contas	ACTIVO	Exercícios			
		2018			2017
		AB	AP	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	26 988 932,75	1 036 895,11	25 952 037,64	25 988 899,13
452	Edifícios	4 020 254,49	1 413 427,34	2 606 827,15	2 621 276,14
453	Outras construções e infra-estruturas	247 117 453,22	165 999 445,84	81 118 007,38	84 948 834,93
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em Curso	5 767 864,75	0,00	5 767 864,75	5 489 019,04
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		283 894 505,21	168 449 768,29	115 444 736,92	119 048 029,24
	Imobilizações Incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	64 052,34	55 731,82	8 320,52	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	286 593,24	0,00	286 593,24	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		350 645,58	55 731,82	294 913,76	0,00
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	95 140 365,12	455,45	95 139 909,67	95 036 994,81
422	Edifícios e outras construções	304 949 493,07	47 493 885,79	257 455 607,28	222 185 935,59
423	Equipamento básico	193 049 736,90	92 610 353,54	100 439 383,36	98 651 123,12
424	Equipamento de transporte	10 151 809,15	7 357 376,96	2 794 432,19	1 954 795,75
425	Ferramentas e utensílios	860 682,41	658 392,08	202 290,33	164 843,74
426	Equipamento administrativo	11 672 625,40	10 283 521,11	1 389 104,29	1 439 666,04
427	Taras e vasilhame	20,38	20,38	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	2 302 260,54	1 873 572,53	428 688,01	551 051,56
442	Imobilizações em curso	9 661 791,10	0,00	9 661 791,10	29 919 745,72
448	448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		627 788 784,07	160 277 577,84	467 511 206,23	449 904 156,33
	Investimentos Financeiros				
411	Partes capital	13 019 685,39	0,00	13 019 685,39	13 728 790,31
412	Obrigações e títulos de participação	2 504 241,00	0,00	2 504 241,00	3 895 485,69
414	Investimentos em imóveis	11 817 509,18	2 908 001,27	8 909 507,91	8 720 796,63
415	Outras aplicações financeiras	22 722,48	0,00	22 722,48	13 948,48
441	Imobilizações em curso	128 596,50	0,00	128 596,50	47 601,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		27 492 754,55	2 908 001,27	24 584 753,28	26 406 622,11

	CIRCULANTE:				
	Existências:				
36	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	920 178,40		920 178,40	849 935,41
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	3 461,70
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		920 178,40	0,00	920 178,40	853 397,11
	Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazos: (a)				
268	Outros devedores	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00		0,00	0,00
	Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	4 374 708,45	458 138,86	3 916 569,59	4 268 580,35
212	Contribuintes c/c	137 337,85	0,00	137 337,85	44 039,08
213	Utentes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	6 595 254,97	5 965 708,31	629 546,66	209 786,14
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	700,00	0,00	700,00	1 202,60
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	1 021 600,57	0,00	1 021 600,57	1 050 563,17
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	7 406 354,88	0,00	7 406 354,88	4 179 456,09
		19 535 956,72	6 423 847,17	13 112 109,55	9 753 627,43
	Títulos Negociáveis:				
151	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	4 756 235,94		4 756 235,94	5 502 440,89
11	Caixa	51 541,88		51 541,88	57 398,96
		4 807 777,82	0,00	4 807 777,82	5 559 839,85
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	33 222 286,64		33 222 286,64	31 394 495,54
272	Custos diferidos	2 354 053,34		2 354 053,34	2 294 432,42
		35 576 339,98	0,00	35 576 339,98	33 688 927,96
	Total de Amortizações		331 691 079,22		
	Total de Provisões		6 423 847,17		
	Total do Ativo	1 000 366 942,33	338 114 926,39	662 252 015,94	645 214 600,03

Código das Contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2018	2017
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Património	191 586 081,05	191 459 843,20
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	5 118 345,60	5 147 642,52
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	10 955 375,30	10 453 790,44
572	Reservas estatutárias	82 359,00	50 901,96
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	389 703,72	389 703,72
575	Subsídios	0,00	0,00
576	Doações	3 068 991,37	1 312 846,51
577	Reservas decorrentes de transferências de ativos	25 630 067,61	25 630 067,61
59	Resultados transitados	166 603 569,99	174 451 304,63
59	Resultados transitados atribuíveis ao Município	11 275 393,28	8 467 478,66
88	Resultado líquido do exercício	3 966 054,42	2 882 464,91
	Interesses minoritários	29 881 150,12	29 603 473,93
	Total dos fundos próprios	448 557 091,46	449 849 518,08
	PASSIVO:		
292	Provisões para riscos e encargos	7 542 132,19	12 180 844,85
		7 542 132,19	12 180 844,85
	Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo		
221	Fornecedores c/c	0,00	0,00
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	52 624 587,89	61 716 316,79
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	1 375 680,58	138 575,07
264	Administração autárquica	0,00	0,00
268	Outros Credores	5 661 800,77	8 660 207,80
		59 662 069,24	70 515 099,66
	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:		
2311	Empréstimos de curto prazo	13 222 355,93	10 714 779,14
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
221	Fornecedores c/c	6 334 437,88	4 790 718,05
228	Fornecedores - Facturas em receção e conferência	2 689 747,78	2 243 004,00
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 247,82	1 382 423,94
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	3 107 010,83	1 700 811,30
2618	Fornecedores de Imobilizado receção e conferência	6 388 414,69	4 573 097,63
24	Estado e Outros Entes Públicos	1 584 883,56	1 515 247,07
264	Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+268+217	Outros Credores	16 344 940,60	6 143 772,89
		49 673 039,09	33 063 854,02
	Acréscimos e Diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	8 969 176,40	7 766 818,32
274	Proveitos diferidos	87 848 507,56	71 838 465,10
		96 817 683,96	79 605 283,42
	Total do Passivo.....	213 694 924,48	195 365 081,95
	Total dos fundos próprios e do passivo.....	662 252 015,94	645 214 600,03

6.2. Demonstração de Resultados Consolidado

Código das Contas		2018		2017	
	Custos e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		3 924 791,58		3 751 537,26
	Mercadorias				
	Matérias				
62	Fornecimentos e serviços externos:		38 264 204,30		35 263 862,31
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	35 824 896,76		34 481 402,69	
643 a 648	Encargos sociais	9 740 084,61	45 564 981,37	9 172 214,66	43 653 617,35
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		9 142 491,74		9 534 808,48
66	Amortizações do exercício		21 065 213,10		19 758 965,49
67	Provisões do exercício		2 191 027,85		1 452 398,24
65	Outros custos operacionais		3 014 477,75		2 858 056,74
	(A) Custos e Perdas Operacionais		123 167 187,69		116 273 245,87
68	Custos e perdas financeiros		617 383,71		796 401,83
	(C) Custos e Perdas Correntes		123 784 571,40		117 069 647,70
69	Custos e perdas extraordinários		2 508 626,95		3 611 930,14
	(E) Custos e Perdas do Exercício		126 293 198,35		120 681 577,84
88	Resultado líquido do exercício.....		7 022 741,43		5 940 060,46
	(X)		133 315 939,78		126 621 638,30
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias		8 190,77		
7112+7113	Venda de produtos		7 734 728,21		8 005 175,98
712	Prestações de serviços	32 636 677,66	40 379 596,64	31 389 325,74	39 394 501,72
72	Impostos e taxas		51 663 754,11		48 536 791,87
(a)	Varição da produção				0,00
75	Trabalhos para a própria entidade		1 069 547,83		709 388,10
73	Proveitos suplementares		120 633,80		198 146,04
74	Transferências e subsídios obtidos		31 382 672,80		30 191 473,90
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		293 717,98		80 173,01
	(B) Proveitos e Ganhos Operacionais		124 909 923,16		119 110 474,64
78	Proveitos e ganhos financeiros		3 176 836,23		3 225 586,63
	(D) Proveitos e Ganhos Financeiros		128 086 759,39		122 336 061,27
79	Proveitos extraordinários		5 229 180,39		4 285 577,03
	(F) Proveitos Totais		133 315 939,78		126 621 638,30
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		1 742 735,47		2 837 228,77
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		2 559 452,52		2 429 184,80
	Resultados Correntes: (D - C)		4 302 187,99		5 266 413,57
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		7 022 741,43		5 940 060,46
	Interesses Minoritários		-3 056 687,01		-3 057 595,55
	Resultado Líquido do Exercício após Interesses Minoritários		3 966 054,42		2 882 464,91

7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

I - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

1.1) Entidades incluídas no perímetro de consolidação

AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. – Participação 51% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

É uma empresa pública municipal que tem como atividade principal a captação, tratamento e adução de água e sua distribuição para consumos domiciliários e outros, mediante venda direta. A sua sede localiza-se na Praça Conde Agrolongo, nº 115 em Braga.

BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

Tem como atividade a promoção e gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, assim como, a prestação de serviços na área da educação e ação social. A sua sede localiza-se na rua D. Paio Mendes, nº 51 em Braga.

IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M. - Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

A Investbraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais e estrangeiros. A sua sede localiza-se na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves em Braga.

TUB – TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

A TUB tem como objeto a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros. Pode também exercer atividades acessórias, designadamente atividades complementares ou

subsidiárias de exploração dos transportes coletivos de passageiros e de transportes escolares. A sua sede localiza-se na Rua Quinta de Santa Maria – Maximinos – Braga.

TEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

O Teatro Circo de Braga tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios de interesse público e as orientações da câmara municipal de Braga para a programação anual do teatro. A sua sede localiza-se na Avenida da Liberdade, 697 – Braga.

Advém realçar que o Município de Braga controla indiretamente, por intermédio da AGERE, a sociedade BRAVAL detendo aquela (AGERE) 79% desta. Não obstante, considerando o disposto no n.º 2 do art.º 68.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e atendendo a que nas contas da AGERE foi utilizado o método da equivalência patrimonial para a relevação da participação financeira na BRAVAL, optou-se por não utilizar outro método de consolidação/ajustamento.

De acordo com informação da empresa participada AGERE, o prazo de concessão da BRAVAL termina em 2021, encontrando-se atualmente a aguardar a resposta ao pedido de renovação da concessão.

Após obtenção da referida renovação, a AGERE começará o processo de reorganização societária e da detenção da participação financeira da BRAVAL, de acordo com todos os normativos aplicáveis, tendo já desencadeado o processo de avaliação da mesma, para o efeito.

Outras entidades participadas:

Participações em entidades societárias	Participações em entidades não societárias
ABC de Braga-Andebol SAD	ANMP- Assoc. Nac. Municípios Portugueses
SGEB - Soc. Gestora Equipamentos Braga	APMCH - Assoc. Portuguesa dos Municípios com Centro
MARB - Merc. Abast. da Região de Braga, SA	CIM Cávado-Comunidade Intermunicipal do Cávado
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Fundação Bracara Augusta
	Eixo Atlântico Noroeste Peninsular
	Turismo do Porto e Norte de Portugal
	Associação de Municípios de fins específicos
	Quadrilátero Urbano
	Associação de Turismo do Porto
	Fundação Serralves

1.2) Entidades excluídas da consolidação

Não aplicável.

1.3) Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Não aplicável.

1.4) Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, das entidades incluídas na consolidação, repartido por categorias

Quadro 9 - Número Médio de Trabalhadores ao Serviço, Durante o Exercício

Categoria	N.º de Funcionários	TUB	Investbraga	Bragahabit	Agere	Teatro Circo	Município
Dirigente Superior	7	0	0	1	2	1	3
Dirigente Intermédio	60	0	6	3	18	4	29
Comandante Bombeiros	1	0	0	0	0	0	1
Técnico Superior	230	3	6	13	35	12	161
Assistente Técnico	367	17	8	11	59	14	258
Assistente Operacional	1413	108	8	3	415	3	876
Bombeiros	97	0	0	0	0	0	97
Informática	17	0	0	1	3	0	13
Polícia Municipal	40	0	0	0	0	0	40
Fiscal Municipal	5	0	0	0	0	0	5
Chefe de Serviços Administrativos escolar	6	0	0	0	0	0	6
Fiscal Serv. Higiene e Limpeza	1	0	0	0	0	0	1
Outros	228	212	0	0	0	0	16
Total	2472	340	28	32	532	34	1506

1.5) Métodos de Consolidação

Os métodos de consolidação adotados na consolidação de contas do Município de Braga foram o método de consolidação integral, para as entidades onde o município exerce controlo.

O Método de Consolidação Integral consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas

Ao preparar as Demonstrações Financeiras Consolidadas foram agregadas as Demonstrações Financeiras do município e das suas subsidiárias, linha a linha adicionando itens idênticos de ativos, passivos, capital próprio, custos e perdas e de proveitos e ganhos. Foi eliminada a quantia

escriturada da participação financeira do município em cada subsidiária e a parte do capital próprio em cada entidade consolidada.

Os interesses minoritários nos ativos líquidos das subsidiárias consolidadas foram identificados separadamente do capital próprio do município (AGERE – 49%).

Os saldos, transações, custos e perdas e proveitos e ganhos intra – grupo foram identificados, conciliados e eliminados por inteiro.

II - Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

2.1) - Insuficiência das normas de consolidação para uma imagem verdadeira e apropriada

Não aplicável.

2.2) - Afastamento da aplicação das normas de consolidação para obter uma imagem verdadeira e apropriada

O Município de Braga aplica o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e as empresas municipais aplicam o SNC – Sistema de Normalização Contabilística, o que dificulta a harmonização das operações, critérios e políticas contabilísticas, como ocorre com as amortizações/depreciações e provisões ao abrigo do SNC/Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro – Regime de Reintegrações e Amortizações.

III - Informações relativas aos procedimentos de consolidação

3.1) - Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.

ELIMINAÇÃO DO MEP

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
411		15 762 471,46
551	21 141 593,18	7 993 969,38
553	5 016 892,74	3 545 371,12
78	3 379 399,69	
68	0,00	0,00
59	164 087,23	2 400 160,88
TOTAL	29 701 972,84	29 701 972,84

ELIMINAÇÃO DE SALDOS

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
59	11 922 239,76	1 161 440,08
211		3 537 039,87
221	334 638,99	
228	1 978 293,28	
264	770 103,45	425 000,00
268	12 590 559,99	12 344 377,88
271		13 187 078,14
74	2 152 584,41	
273	311 516,09	
576	595 000,00	
55		
TOTAL	30 654 935,97	30 654 935,97

ELIMINAÇÃO DE TRANSAÇÕES

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
62		2 128 780,07
63		8 160 433,33
66	9 800,98	12 173,75
712	2 556 331,16	
721	102,45	
74	7 768 527,06	
421	1 109 949,35	450 000,00
422	453 465,28	973 900,00
48	13 188,20	161 714,65
576	973 900,00	
59	9 844,05	1 008 106,73
TOTAL	12 895 108,53	12 895 108,53

ELIMINAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
51 (Interesses Minoritários)	19 110 000,00	
51 (Elim. participações financeiras)	39 315 000,00	
55	5 035 889,91	
571	2 294 845,84	
572	79 129,23	
574	4 159,07	
59	8 889,06	
Interesses Minoritários (Resultados)	3 056 687,01	
Interesses Minoritários (Balanço)		29 589 600,12
411		39 315 000,00
TOTAL	68 904 600,12	68 904 600,12

Foi ajustado para efeitos de contas consolidadas, o montante reconhecido em resultados do exercício e resultados transitados, decorrentes de indemnizações compensatórias, na participada AGERE no montante de 13.187.078,14 euros, em virtude de não estarem visadas pelo Tribunal de Contas e assim não serem passíveis de reconhecimento pelo Município de Braga.

3.2) - Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior.

Não aplicável.

3.3) – Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não aplicável.

3.4) – Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado.

Não aplicável.

3.5) – Informações que se tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro da consolidação.

Não aplicável.

3.6) – Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram.

Não aplicável.

3.7) – Indicação dos casos excepcionais em que se utilizou a homogeneização valorativa, bem como as razões que justificaram a sua utilização.

Não aplicável.

3.8) – Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.

Não aplicável.

IV - Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

4.1 – Mapa de endividamento consolidado de médio e longos prazos (conforme alínea d) do n.º 7 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) e Mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza (conforme alínea d) do n.º 7 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).

	Conta Patrimonial	Entidade Credora	N.º Empréstimo	Valor Contratado	Data de Vencimento	Capital em dívida 31/12/2017	Capital Amortizado no Período	Capital em dívida 31/12/2018
Município	2311111	Caixa Crédito Agrícola		5 000 000,00 €	31/12/2018	0,00 €		0,00 €
	23121127	BBVA	97866000347	15 000 000,00 €	26/06/2023	5 000 000,02 €	833 333,32 €	4 166 666,70 €
	23121123	BPI	3088448830003	15 000 000,00 €	14/01/2023	5 284 600,25 €	947 865,76 €	4 336 734,49 €
	23121125	BTA	6623/00071504096	5 000 000,00 €	06/01/2023	1 527 777,75 €	277 777,78 €	1 249 999,97 €
	23121126	DEXIA	39150023	20 000 000,00 €	03/05/2022	5 405 405,42 €	1 081 081,08 €	4 324 324,34 €
	23121124	BTA	0000/30090210501	19 903 831,77 €	22/03/2022	4 975 957,83 €	1 105 768,44 €	3 870 189,39 €
	23121121	C.G.D.	PT00350171003265791	6 234 973,71 €	20/05/2019	522 491,59 €	313 494,96 €	208 996,63 €
	23121122	BFB/BPI	8238788830002	2 992 787,38 €	18/09/2022	734 690,72 €	146 938,14 €	587 752,58 €
	23121111	C.G.D.	PT00350171003310691	14 963 936,91 €	31/07/2021	4 384 030,70 €	1 096 007,68 €	3 288 023,02 €
	23123111	DGTF	0030E148492009.01	1 803 252,00 €	02/07/2019	540 975,60 €	360 650,40 €	180 325,20 €
23121114	BBVA	97148000258	1 865 000,00 €	03/12/2019	419 625,00 €	186 500,00 €	233 125,00 €	
Inves tBrag	25111123	Santander				- €	- €	75 000,00 €
	2511101	Banco Credibom	10001823966	8 299,80 €	11/09/2019	3 303,29 €	1 828,59 €	1 474,70 €
Brag ahabi	251141	Banco BPI, SA	Cartão de crédito	5 000,00 €		67,03 €		303,69 €
Teatro Circo	2511101 / 2511201	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS S.A.	0171.003314.991	2 743 388,43 €	06/04/2021	580 492,51 €	165 494,58 €	414 997,93 €
	2511102 / 2511202	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS S.A.	116535811	50 000 000,00 €	27/06/2031	30 681 818,12 €	2 272 727,28 €	28 409 090,84 €
	2511111 / 2511211	BANCO SANTANDER TOTTA S.A.	308718487096	1 000 000,00 €	13/11/2018	239 626,15 €	239 626,15 €	- €
	2511112 / 2511212	BANCO POPULAR PORTUGAL S.A.	0046-0125 0440014644	5 000 000,00 €	21/10/2019	2 853 800,09 €	1 547 378,28 €	1 306 421,81 €
	2511113 / 2511213	BANCO SANTANDER TOTTA S.A.	309752683096	2 500 000,00 €	18/06/2020	1 275 536,20 €	504 569,28 €	770 966,92 €
	2511114 / 2511214	BANCO POPULAR PORTUGAL S.A.	0046-0125 0440017515	5 000 000,00 €	19/06/2020	3 153 011,85 €	1 250 529,77 €	1 902 482,08 €
	2511115 / 2511215	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS S.A.	261157961	1 000 000,00 €	30/06/2020	527 649,14 €	218 373,79 €	309 275,35 €
	2511103	BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO S.A.	4-2726487.039.001	2 000 000,00 €		- €	- €	1 630 000,00 €
AGERE	2511111	Caixa Geral Depósitos	9015/008159/992	1 500 000,00 €	16/06/2018	0,00 €	2 712 000,00 €	995 000,00 €
	2511121	Millennium BCP	45465514469	1 500 000,00 €	16/06/2018	1 020 000,00 €	2 487 000,00 €	728 000,00 €
	2511141	Banco BPI	5512138-035-001	1 000 000,00 €	19/06/2018	750 000,00 €	875 000,00 €	620 000,00 €
	2511151	Banco Santander, S.A	52939366020	2 000 000,00	19/06/2019	0,00 €	0,00 €	1 930 000,00 €
	2511161	Bankinter, S.A	549 206 753 745	1 000 000,00	19/06/2019	0,00 €	0,00 €	700 000,00 €
	2511181	Novo Banco	0002 2491 0603	1 000 000,00 €	26/06/2017	0,00 €	2 489 000,00 €	590 000,00 €
	2511231	CCAM, CRL - POSEUR	40280611993	2.850.000,00	31/12/2030	0,00 €	111 067,26 €	2 738 932,74 €
	TOTAL			181 020 470,00 €		69 880 859,26 €	21 224 012,54 €	65 568 083,38 €
TUB	2511111	Caixa Geral Depósitos	9015/008159/992	1 500 000,00 €	16/06/2018	0,00 €	2 712 000,00 €	995 000,00 €
	2511121	Millennium BCP	45465514469	1 500 000,00 €	16/06/2018	1 020 000,00 €	2 487 000,00 €	728 000,00 €
	2511141	Banco BPI	5512138-035-001	1 000 000,00 €	19/06/2018	750 000,00 €	875 000,00 €	620 000,00 €
	2511151	Banco Santander, S.A	52939366020	2 000 000,00	19/06/2019	0,00 €	0,00 €	1 930 000,00 €
	2511161	Bankinter, S.A	549 206 753 745	1 000 000,00	19/06/2019	0,00 €	0,00 €	700 000,00 €
	2511181	Novo Banco	0002 2491 0603	1 000 000,00 €	26/06/2017	0,00 €	2 489 000,00 €	590 000,00 €
	2511231	CCAM, CRL - POSEUR	40280611993	2.850.000,00	31/12/2030	0,00 €	111 067,26 €	2 738 932,74 €

V- Informações sobre saldos e fluxos financeiros

5.2 – Mapa de fluxos de caixa consolidado (Portaria n.º 474/2010 – Orientação n.º 1/2010, de 1 de Julho de 2010)

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		5 559 839,85 €	Despesas orçamentais		169 478 825,02 €
Execução orçamental	2 821 291,14 €		Correntes	110 449 408,49 €	
Operações de tesouraria	2 738 548,71 €		Capital	59 029 416,53 €	
Receitas orçamentais		168 494 385,94 €	Operações de tesouraria	5 930 989,45 €	5 930 989,45 €
Correntes	131 081 533,52 €		Saldo para a gerência seguinte		4 807 777,82 €
Capital	31 406 680,03 €		Execução orçamental	1 836 852,06 €	
Outras	6 172,39 €		Operações de tesouraria	2 970 925,76 €	
Operações de tesouraria	6 163 366,50 €	6 163 366,50 €			
Total		180 217 592,29 €	Total		180 217 592,29 €

Aos valores apresentados não foram retirados os fluxos de pagamentos e recebimentos relativos a operações recíprocas, não obstante, o saldo para a gerência seguinte não é influenciado.

VI- Informações relativas a compromissos

6.1 – Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação:

Não aplicável.

6.2 – Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionado expressamente as garantias reais:

Natureza	Descrição	Prestada a favor	Valor em dívida em 31/12/2017
	Garantia para recuperação ambiental relativa ao contrato de concessão de captação de água - Ponte do Bico	Banco Santander Totta, S.A.	21 970,00 €
	Garantia de licença para ampliação da rede de drenagem de abastecimento de água - drenagem de águas residuais em vários troços de EE.NN	Banco Santander Totta, S.A.	49 770,00 €
	Garantia da responsabilidade civil ambiental da TUB, EM, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29/07	Banco Comercial Português, SA	5 000,00 €
			76 740,00 €

VII- Informações relativas a políticas contabilísticas

7.1 – Os critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente amortizações, ajustamentos e provisões.

a) Imobilizado

Nos termos do disposto no ponto 4.1. do POCAL, o ativo imobilizado é valorizado ao custo de aquisição (somatório do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual), ou ao custo de produção (somatório dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para produzir determinado bem). Quando se trata de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, considera-se o valor resultante da avaliação efetuada por técnicos ou o valor patrimonial tributário determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, ou, na sua ausência, o valor resultante da simulação do valor patrimonial disponível no sítio do Portal das Finanças.

Quanto às amortizações, foram praticadas as taxas permitidas pela Portaria n.º 671/2000 (2ª série), que aprovou o CIBE-CADASTRO E INVENTÁRIO DOS BENS DO ESTADO e o DL 25/2009 – Regime de Depreciações e Amortizações.

b) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros foram valorizados ao custo de aquisição e valorizados pelo método da equivalência patrimonial para entidades em que o município detém influência significativa.

c) Existências

Foram valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção, em que ambos os custos são determinados de acordo com as definições adotadas para o imobilizado conforme descrito no ponto a).

O método de custeio de saída de armazém adotado foi o custo médio ponderado.

d) Dívidas de e a terceiros

Foram expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as denominam.

e) Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários expressam os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

f) Especialização do exercício

Os seus custos e proveitos são registados de acordo com o princípio da especialização no exercício a que dizem respeito.

7.2) – Cotações que tenham sido utilizadas para a conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Não aplicável.

VIII – Informações relativas a determinadas rubricas

8.1) – Despesas de Instalação e Despesas de investigação e de desenvolvimento

Não aplicável.

MAPA ATIVO BRUTO CONSOLIDADO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIACÃO / AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
41 INVESTIMENTOS FINANCEIROS	79 484 402,42	-52 485 530,77	365 286,40	0,00	0,00	27 364 158,05
411 Partes de capital	64 058 420,79	-51 038 735,40	0,00	0,00	0,00	13 019 685,39
412 Obrigações e títulos de participação	3 895 485,69	-1 391 244,69	0,00	0,00	0,00	2 504 241,00
414 Investimentos em imóveis	11 516 547,46	-63 734,17	364 695,89	0,00	0,00	11 817 509,18
415 Outras aplicações financeiras	13 948,48	8 183,49	590,51	0,00	0,00	22 722,48
42 IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	567 024 532,77	20 408 077,90	14 003 200,42	615 518,20	17 306 700,08	618 126 992,97
421 Terrenos e recursos naturais	94 377 487,62	659 949,35	106 791,88	3 863,73	0,00	95 140 365,12
422 Edifícios e outras construções	264 627 273,88	19 759 254,50	4 527 121,98	0,00	16 035 842,71	304 949 493,07
423 Equipamento básico	184 222 500,79	24 566,49	7 432 310,87	47 200,35	1 417 559,10	193 049 736,90
424 Equipamento de transporte	9 323 411,31	0,00	1 406 756,40	530 986,56	-47 372,00	10 151 809,15
425 Ferramentas e utensílios	769 058,83	0,00	92 797,10	0,00	-1 173,52	860 682,41
426 Equipamento administrativo	11 363 222,85	0,00	436 744,46	33 467,56	-93 874,35	11 672 625,40
427 Taras e vasilhame	20,38	0,00	0,00	0,00	0,00	20,38
429 Outras imobilizações corpóreas	2 341 557,11	-35 692,44	677,73	0,00	-4 281,86	2 302 260,54
43 IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	55 241,96	0,00	8 810,38	0,00	0,00	64 052,34
431 Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Despesas de investigação e de desenvolvimento	55 241,96	0,00	8 810,38	0,00	0,00	64 052,34
433 Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44 IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	35 456 365,76	-20 048 337,81	22 980 470,26	0,00	-22 543 652,62	15 844 845,59
441 Imobilizações em curso de investimentos financeiros	47 601,00	0,00	80 995,50	0,00	0,00	128 596,50
442 Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	29 919 745,72	-20 048 337,81	18 666 925,82	0,00	-18 876 542,63	9 661 791,10
443 Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	286 593,24	0,00	0,00	286 593,24
445 Imobilizações em curso de bens de domínio público	5 489 019,04	0,00	3 945 955,70	0,00	-3 667 109,99	5 767 864,75
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	273 265 083,59	-9 436,32	597 966,17	0,00	4 273 027,02	278 126 640,46
451 Terrenos e recursos naturais	26 848 219,17	0,00	116 281,15	0,00	24 432,43	26 988 932,75
452 Edifícios	3 848 833,65	0,00	0,00	0,00	171 420,84	4 020 254,49
453 Outras construções e infraestruturas	242 568 030,77	-9 436,32	481 685,02	0,00	4 077 173,75	247 117 453,22
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459 Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL.....	955 285 626,50	-52 135 227,00	37 955 733,63	615 518,20	-963 925,52	939 526 689,41

8.2) – Movimentos corridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões

MAPA DE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES CONSOLIDADO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
48 AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	309 598 675,53	21 073 788,97	1 018 614,72	331 691 079,22
481 De investimentos em imóveis	2 795 750,83	126 460,61	-14 210,17	2 908 001,27
4811 Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
4812 Edifícios e outras construções	2 795 750,83	126 460,61	-14 210,17	2 908 001,27
482 De imobilizações corpóreas	147 041 609,35	12 202 390,13	1 033 578,36	160 277 577,84
4821 Terrenos e recursos naturais	442,16	13,29	0,00	455,45
4822 Edifícios e outras construções	41 770 004,35	4 025 110,93	1 698 770,51	47 493 885,79
4823 Equipamento básico	85 584 249,45	7 090 173,31	-64 060,71	92 610 362,05
4824 Equipamento de transporte	7 368 615,56	489 331,92	-500 570,52	7 357 376,96
4825 Ferramentas e utensílios	604 215,09	55 350,51	-1 173,52	658 392,08
4826 Equipamento administrativo	9 923 556,81	455 061,33	-95 105,54	10 283 512,60
4827 Taras e vasilhame	20,38	0,00	0,00	20,38
4829 Outras imobilizações corpóreas	1 790 505,55	87 348,84	-4 281,86	1 873 572,53
483 De imobilizações incorpóreas	55 241,96	489,86	0,00	55 731,82
4831 Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
4832 Despesas de investigação e de desenvolvimento	55 241,96	489,86	0,00	55 731,82
4833 Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
485 De bens de domínio publico	159 706 073,39	8 744 448,37	-753,47	168 449 768,29
4851 Terrenos e recursos naturais	859 320,04	177 575,07	0,00	1 036 895,11
4852 Edifícios	1 227 557,51	185 869,83	0,00	1 413 427,34
4853 Outras construções e infraestruturas	157 619 195,84	8 381 003,47	-753,47	165 999 445,84
4855 Bens de património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
4859 Outros bens de domínio publico	0,00	0,00	0,00	0,00
49 PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00
491 Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
492 Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
493 ...	0,00	0,00	0,00	0,00
495 Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	309 598 675,53	21 073 788,97	1 018 614,72	331 691 079,22

8.3) – Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período:

Não aplicável.

8.4) – Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram:

Não aplicável.

8.5) - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado:

Não aplicável.

8.6) - Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado:

Não aplicável.

8.7) - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor:

Não aplicável.

8.8) - Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão:

Não aplicável.

8.9) - Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável:

Não aplicável.

8.10) - Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:

Designação	Mercado interno	Mercado externo
Vendas	7 734 728,21 €	0,00 €
Prestações de Serviços	32 610 476,98 €	9 054,12 €
Total	40 345 205,19 €	9 054,12 €

8.11) - Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos na alínea b) do item 4.5.2.2. das instruções “Consolidação de Contas pelos Municípios” provindas do SATAPOCAL (Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL) e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Não aplicável.

8.12) - Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros:

Não aplicável.

8.13) - Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial:

	Nome	Direção/Administração		
		Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	Período de Responsabilidade
TUB	Firmino José Rodrigues Marques	Presidente do Conselho de Administração	- €	01-01-2018 a 31-12-2018
	Teotónio Luis Vieira Andrade dos Santos	Vogal do Conselho de Administração	29 718,06 €	01-01-2018 a 31-12-2018
	Sandra Cristina Leitão Cerqueira	Vogal do Conselho de Administração	29 469,32 €	01-01-2018 a 31-12-2018
			59 187,38 €	
Investbraga	Carlos Nuno Alves de Oliveira	Presidente do Conselho de Administração	- €	01-01-2018 a 31-10-2018
	Ricardo Bruno Antunes Machado Rio	Presidente do Conselho de Administração	- €	01-11-2018 a 31-12-2018
	Carlos Duarte Oliveira e Silva	Presidente do Conselho de Administração	28 685,87 €	01-01-2018 a 31-12-2018
	Cláudia Maria Neves Simões	Administradora Não Executiva	- €	01-11-2018 a 31-12-2018
	Emília de Fátima de Oliveira Vieira	Administradora Não Executiva	- €	01-01-2018 a 31-10-2018
			28 685,87 €	
Bragahabit	Miguel Sopas de Melo Bandeira	Presidente do Conselho de Administração	- €	01-01-2018 a 31-12-2018
	Vítor Manuel Esperança Ribeiro	Administrador Executivo	29 759,04 €	01-01-2018 a 31-12-2018
	Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado	Vogal do Conselho de Administração	- €	01-01-2018 a 31-12-2018
			29 759,04 €	
Agere	Rui Manuel Sá Morais	Presidente	- €	01-01-2018 a 31-12-2018
	António Jorge Almeida da Silva	Administrador Executivo	29 728,74 €	01-01-2018 a 31-12-2018
	Cristiana da Costa Barbosa	Administrador Executivo	11 537,03 €	01-01-2018 a 08-06-2018
	Paula Nivea Nunes Campos Monteiro	Administrador Executivo	15 651,66 €	25-06-2018 a 31-12-2018
			56 917,43 €	
Teatro Circo	Cláudia Teixeira Leite	Vogal (membro executivo)	25 056,32 €	01-01-2018 a 31-12-2018
	Ricardo Bruno Antunes Machado Rio	Presidente (membro não executivo)	- €	01-01-2018 a 31-12-2018
	Lídia Brás Dias	Vogal (membro não executivo)	- €	01-01-2018 a 31-12-2018
			25 056,32 €	
Município	Ricardo Bruno Antunes Machado Rio	Presidente	40 001,96 €	01-01-2018 a 31-12-2018
	Firmino Jose Rodrigues Marques	Vereador	29 842,91 €	01-01-2018 a 31-12-2018
	Lídia Brás Dias	Vereadora	30 880,07 €	01-01-2018 a 31-12-2018
	João Vasconcelos Barros Rodrigues	Vereadora	29 735,56 €	01-01-2018 a 31-12-2018
	Maria Sameiro Macedo Araújo	Vereadora	29 632,90 €	01-01-2018 a 31-12-2018
	Altino Bernardo Lemos Bessa	Vereador	29 857,31 €	01-01-2018 a 31-12-2018
	Miguel Sopas Melo Bandeira	Vereador	34 686,63 €	01-01-2018 a 31-12-2018
	Liliana Angélica Costa Matos Pereira	Vereadora	- €	01-01-2018 a 31-12-2018
	Jorge Miguel de Assis Caldeira Cruz Corais	Vereador	- €	01-01-2018 a 31-12-2018
	Artur Jorge de Oliveira Feio	Vereador	- €	01-01-2018 a 31-12-2018
	Alberto Carlos Carvalho de Almeida	Vereador	- €	01-01-2018 a 31-12-2018
			224 637,34 €	
	TOTAL		424 243,38 €	

8.14) - Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação:

Não aplicável.

8.15) - Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações:

Não aplicável.

8.16) - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Não aplicável.

8.17) - Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
681	Juros Suportados	614 122,55 €	733 543,59 €	781	Juros Obtidos	34 645,50 €	42 775,88 €
682	Perdas em Entidades Participadas	- €	- €	782	Ganhos em Entidades Participadas	66 044,17 €	68 940,23 €
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis	- €	- €	783	Rendimentos de Imóveis	2 899 197,24 €	2 867 241,43 €
684	Provisões para Aplicações Financeiras	- €	- €	784	Rendimentos de Participações de Capital	- €	2 490,02 €
685	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	- €	- €	785	Diferenças de Câmbio Favoráveis	277,84 €	- €
		- €	- €	786	Desconto de Pronto Pagamento Obtidos	84 345,50 €	78 484,72 €
687	Perdas na Alienação de Aplicações	- €	- €	787	Ganhos na Alienação de Aplicações	- €	- €
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	3 261,16 €	62 858,24 €	788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	92 325,98 €	165 654,35 €
				789	Reposições	- €	- €
	Resultados Financeiros	2 559 452,52 €	2 429 184,80 €				
		3 176 836,23 €	3 225 586,63 €			3 176 836,23 €	3 225 586,63 €

8.18) - Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
691	Transferências de Capital Concedidas	1 424 565,27 €	1 935 040,06 €	791	Restituição de Impostos	- €	- €
692	Dívidas Incobráveis	16 154,17 €	24 450,91 €	792	Recuperação de Dívidas	1 762,93 €	- €
693	Perdas em Existências	110 823,69 €	151 539,78 €	793	Ganhos em Existências	63 379,48 €	103 620,49 €
694	Perdas em Imobilizações	26 152,60 €	943 827,44 €	794	Ganhos em Imobilizações	141 890,55 €	115 150,75 €
695	Multas e Penalidades	312,96 €	24 559,46 €	795	Benefícios de Penalidades Contratuais	84 053,65 €	108 512,47 €
696	Aumento de Amortizações e de Provisões	278 711,23 €	- €	796	Reduções de Amortizações e de Provisões	904 102,64 €	443 992,45 €
697	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	261 245,53 €	249 045,02 €	797	Correções relativas a Exercícios Anteriores	539 716,54 €	152 308,73 €
698	Outros Custos e Perdas Extraordinários	388 661,50 €	283 467,47 €	798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	3 494 274,60 €	3 361 992,14 €
	Resultados Extraordinários	2 720 553,44 €	673 646,89 €				
		5 229 180,39 €	4 285 577,03 €			5 229 180,39 €	4 285 577,03 €

O saldo da conta 797 – correções relativas a exercícios anteriores – não é comparável com o exercício anterior por força do ajustamento efetuado ao nível da matriz de conversão do normativo contabilístico SNC – POCAL.

8.19) - Desdobramento das contas de provisões e movimentos do exercício:

Código das Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	5 970 046,66	794 844,06	341 043,55	6 423 847,17
292	Provisões para riscos e encargos	12 180 844,85	1 992 676,84	6 581 389,50	7 542 132,19
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

8.20) - Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos:

	Designação dos Bens	Valor Aquisição	Amortização Capital	Valor em Dívida
Agere	Contrato nº CP DCI (Contadores/Emissores)	1 648 800,00 €	1 648 800,00 €	0,00 €
	Contrato nº 200060 - 6 viaturas p/recolha	1 073 277,72 €	1 073 277,72 €	0,00 €
	Contrato nº 201040 (18-NL-02)	22 299,90 €	22 299,90 €	0,00 €
	Contrato nº 202403 (74-NS-29)	107 625,00 €	107 625,00 €	0,00 €
	Contrato nº 203238 (23-OC-05)	72 995,58 €	72 995,58 €	0,00 €
	Contrato nº 203303 (01-NO-82)	125 938,33 €	125 938,33 €	0,00 €
	Contrato nº 203469 (Enermeter - contadores e outros)	564 324,00 €	564 324,00 €	0,00 €
	Contrato nº 2057976 (35-LM-05)	191 572,50 €	191 572,50 €	0,00 €
	Contrato nº 2059413 (10 viaturas)	207 010,23 €	207 010,23 €	0,00 €
	Contrato nº 58 100 (49-LV-88)	45 799,05 €	45 799,05 €	0,00 €
	Contrato 30037144 (68-LV-30)	22 000,00 €	22 000,00 €	0,00 €
	Contrato 30037142 (68-LV-32)	22 000,00 €	22 000,00 €	0,00 €
	Contrato 30037141 (05-MC-15)	26 937,00 €	26 937,00 €	0,00 €
	Contrato nº 038.44.000080-0 (82-ND-74)	22 140,00 €	22 140,00 €	0,00 €
	Contrato nº 639/03/2014 (contadores)	564 324,00 €	533 526,39 €	30 797,61 €
	Contrato nº 540-0746299 (56-OL-09)	168 530,10 €	168 530,10 €	0,00 €
	Contrato nº 540-0746334 (56-OL-11)	127 853,99 €	120 840,30 €	7 013,69 €
	Contrato nº 540-0746335 (04-OM-71)	240 792,59 €	227 583,50 €	13 209,09 €
	Contrato nº 540-0746336 (61-OL-25)	79 500,00 €	75 138,94 €	4 361,06 €
	Contrato nº 540-0746337 (61-OL-27)	44 649,98 €	42 200,55 €	2 449,43 €
Contrato nº 540-0746338 (61-OL-26)	46 650,00 €	44 091,04 €	2 558,96 €	
Contrato n.º 10026771 (5)	141 219,25 €	93 775,15 €	47 444,10 €	
Contrato n.º 10027026 (5 equipamentos)	1 939 807,69 €	588 538,09 €	1 351 269,60 €	
Contrato n.º 10027048 (contentores)	468 629,94 €	99 937,30 €	368 692,64 €	
Theatro Circ	Equipamento de Som	525 547,40 €	525 547,40 €	0,00 €
Bragaha bit	Contrato nº 10084598-Computadores	12 114,95 €	12 120,11 €	-5,16 €
	Contrato nº10084599-Servidor HP Proliant	7 859,50 €	7 859,48 €	0,02 €
	Santander Totta (leasing)	23 500,00 €	4 886,38 €	18 613,62 €
TUB	Autocarros (93-EO-56;57;58;59)	550 851,40 €	550 851,40 €	0,00 €
	Autocarros (93-EO-60)	137 712,85 €	137 712,85 €	0,00 €
	Autocarros (08-FT-99; 09-FT-00;01;02;03)	688 513,15 €	688 513,15 €	0,00 €
	Total	9 920 776,10 €	8 074 371,44 €	1 846 404,66 €

8.21) - Valor global das dívidas que se encontram tituladas por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas:

Não aplicável.